



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º ,DE 2024**

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

*Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Ministro da Educação, Camilo Santana, sobre a situação da internet nas escolas públicas, que oscila entre a falta de controle de qualidade e conexões ruins.*

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação Camilo Santana, sobre a situação da internet nas escolas públicas, que oscila entre a falta de controle de qualidade e conexões ruins.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- Quais medidas concretas estão sendo tomadas pelo Ministério da Educação para garantir que as 66.715 escolas sem informações básicas sobre a velocidade da conexão sejam adequadamente monitoradas?*





- *Como o Ministério da Educação planeja melhorar a qualidade da conexão nas 57,6 mil unidades de ensino que atualmente possuem conexão ruim ou péssima?*
- *O banco de dados atualizado diariamente, principal fonte sobre a qualidade da internet nas escolas, não inclui informações sobre escolas sem nenhum tipo de internet. Quais ações estão sendo implementadas para corrigir essa lacuna?*
- *O MEC reconheceu que as escolas sem informações básicas não têm o software "Medidor Educação Conectada". Quais são as outras fontes de informação de velocidade contratada mencionadas pelo Ministério e como elas estão sendo utilizadas?*
- *Dado que o Norte é a região com maior dificuldade, com destaque para estados como Amapá, Roraima e Acre, que medidas específicas estão sendo adotadas para garantir a conectividade nessas regiões?*
- *O estado de Mato Grosso do Sul possui 64% da rede pública com internet de má qualidade. Quais são os planos do Ministério para melhorar essa situação?*
- *Desde o lançamento do programa Escolas Conectadas, mais de 120 mil escolas foram alcançadas pelas etapas iniciais de implementação da internet. Quais são as próximas etapas do programa e os prazos esperados para sua conclusão?*
- *Com um investimento total de R\$ 8,8 bilhões, parte destinado a sinal de internet, aquisição de equipamentos e formação das equipes pedagógicas, como está sendo*





*feita a alocação desses recursos para maximizar os resultados esperados?*

- Quais são os critérios utilizados para determinar a prioridade das escolas que não têm banda larga fixa e que foram as primeiras a serem atendidas?*
- Como o Ministério das Comunicações está participando da escolha das soluções de conectividade mais eficientes e quais são as alternativas tecnológicas e comerciais disponíveis que estão sendo consideradas?*
- O programa Wi-Fi Brasil, implementado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, teve como objetivo levar conexão à internet via satélite, banda larga, gratuita, ilimitada e de alta velocidade, principalmente para comunidades em estado de vulnerabilidade social. Como o programa Escolas Conectadas se alinha ou difere dessa iniciativa anterior e quais são os resultados esperados em comparação?*

## JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação Camilo Santana, sobre a situação da internet nas escolas públicas, que oscila entre a falta de controle de qualidade e conexões ruins.

Isto porque, conforme noticiado<sup>1</sup>, mais de nove meses após o governo federal lançar o programa Escolas Conectadas, que prevê fornecer internet de banda larga a todas as escolas públicas até 2026, 48% das 138 mil unidades de ensino com o serviço não têm

<sup>1</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/07/15/internet-em-escolas-publicas-oscila-entre-falta-de-controle-da-qualidade-e-conexoes-ruins.ghtml>





nem o monitoramento da qualidade de rede. Não há informações básicas sobre a velocidade da conexão em 66.715 escolas. Já as unidades acompanhadas revelam que a meta está longe de ser alcançada, com a maior parte apresentando qualidade de rede ruim ou péssima.

De acordo com levantamento do GLOBO, das 71,1 mil unidades de ensino com dados disponíveis de conexão, 57,6 mil contam com conexão ruim ou péssima (42% do total), enquanto apenas 13,5 mil possuem rede boa ou ótima (cerca de 10%). Os dados foram reunidos a partir do Sistema de Medição de Tráfego de Internet (Simet), considerando escolas das redes municipal ou estadual.

O banco de dados, atualizado diariamente, é a principal fonte sobre a qualidade da internet nas escolas para o Ministério da Educação, mas não há indicação das que não possuem nenhum tipo de internet. Segundo o Censo de 2023, eram 15,7 mil unidades.

O MEC reconheceu que as escolas sem informações básicas não têm o software “Medidor Educação Conectada”, impossibilitando a pasta de saber a velocidade do serviço nestes locais. O ministério ressaltou que “existem outras fontes de informação de velocidade contratada disponibilizadas pelas políticas federais”, mas não informou quais seriam.

O Norte é a região com maior dificuldade. No Amapá, 90% das escolas públicas não têm dados sobre a velocidade de rede — 637 das 787 unidades. A maioria das escolas de Roraima (86%) e Acre (82%) não possui a rede monitorada.

A conexão inadequada por falta de rede ou de velocidade — conforme os parâmetros do programa Escolas Conectadas — abrange a maioria das escolas. O pior estado é Mato Grosso do Sul, com 64% da rede pública com internet de má qualidade.





De acordo com o MEC, desde o lançamento do programa, mais de 120 mil escolas já foram alcançadas pelas etapas iniciais de implementação da internet. “Dos R\$ 8,8 bilhões totais de investimentos para a iniciativa, parte será alocada em sinal de internet, outra parte na aquisição de equipamentos e, ainda, na formação das equipes pedagógicas”, diz a pasta. Destes investimentos, R\$ 6,5 bilhões fazem parte do Novo PAC e o restante vem do Leilão do 5G, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), do Programa de Inovação Educação Conectada e da execução da lei de 2021 sobre a garantia de acesso à internet.

“Estamos garantindo que as escolas que não têm banda larga fixa sejam as primeiras a serem atendidas. Nesse momento, 79% dessas escolas estão nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, então foram as escolas que tiveram prioridade nessas primeiras etapas da estratégia”, disse o ministro da Educação, Camilo Santana, em nota.

O programa foi lançado em setembro de 2023 e é conduzido em parceria entre o MEC e o Ministério das Comunicações. A pasta das Comunicações afirmou que “participa da escolha das soluções de conectividade mais eficientes, com avaliação das alternativas tecnológicas e comerciais disponíveis que melhor se adaptem às diferentes situações das escolas”.

Consoante noticiado<sup>2</sup>, impende ressaltar que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, implementou com excelência em seu governo o programa de internet do Wi-Fi Brasil em escolas públicas, principalmente para comunidades em estado de vulnerabilidade social, com investimento previsto de R\$ 85 milhões por ano.

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/04/governo-anuncia-ampliacao-de-pontos-de-internet-do-wi-fi-brasil-em-escolas-publicas>





O programa focava na instalação de dez mil pontos em escolas ativas em áreas rurais e dois mil em áreas urbanas, mais que dobrando o número de escolas conectadas pelo Wi-Fi Brasil. Até então, 9.853 pontos de internet do programa estavam em unidades de ensino, sendo 93% em áreas rurais. O trabalho ocorreu em parceria entre o ministério, a Telebras e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Jair Bolsonaro destacou a importância da internet nas escolas, afirmando que ela integra os estudantes à sociedade e permite que pesquisas sejam feitas com poucos cliques. Coordenado pelo Ministério das Comunicações, o Wi-Fi Brasil tinha como objetivo levar conexão à internet via satélite, banda larga, gratuita, ilimitada e de alta velocidade, ampliando a inclusão digital e a conectividade em todo o país.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes quanto às ações do Governo sobre a situação da internet nas escolas públicas, que oscila entre a falta de controle de qualidade e conexões ruins, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2024.

**DEPUTADO Evair Vieira de Melo**

